



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa

Centro de Educação a Distância – e Tecnologias Educacionais – CEAD

Universidade Aberta do Brasil – UAB

Professor: Dr. André Luiz dos Santos

**O Preconceito Linguístico no Ensino Básico Brasileiro: impactos no aluno e
estratégias de combate**

Amanda Resende de Oliveira Duarte

Cristalândia – TO

Janeiro de 2025

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO: IMPACTOS NO ALUNO E ESTRATÉGIAS DE COMBATE

Resumo

O preconceito linguístico no ensino básico brasileiro reflete desigualdades sociais e culturais, desvalorizando variedades regionais em prol da norma-padrão, associada às elites urbanas. Essa discriminação compromete o desenvolvimento acadêmico e a autoestima dos alunos, reforçando exclusões. Este estudo tem como objetivo investigar a presença e os impactos do preconceito linguístico no ambiente escolar. Utilizando uma metodologia de revisão bibliográfica qualitativa, foram analisados artigos, livros e dissertações acadêmicas que discutem as manifestações do preconceito linguístico, seus efeitos e possíveis soluções. Os resultados evidenciam que a formação docente e a reformulação dos materiais didáticos são essenciais para promover práticas que valorizem a diversidade linguística. Conclui-se que a superação do preconceito linguístico depende de um esforço coletivo envolvendo educadores, alunos e a comunidade escolar. A valorização das variedades linguísticas contribui para a inclusão educacional, o fortalecimento da identidade cultural dos alunos e a construção de uma sociedade mais plural e equitativa.

Palavras-chave: Preconceito linguístico, diversidade linguística, educação inclusiva, ensino básico.

1. INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação que reflete desigualdades sociais e culturais profundamente enraizadas na sociedade brasileira. No ambiente escolar, ele se manifesta em práticas como a correção excessiva da fala dos alunos, a desvalorização de sotaques regionais e o uso de materiais didáticos que reforçam a hegemonia da norma-padrão. Essas práticas, muitas vezes sutis, comprometem o senso de pertencimento dos alunos e reforçam desigualdades sociais. Segundo Bagno (1999), as variedades linguísticas não apenas representam a riqueza cultural de um país, mas sua desvalorização perpetua desigualdades estruturais, afetando diretamente a inclusão educacional e o senso de pertencimento dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental mapear as principais formas de preconceito linguístico presentes nas escolas e compreender os impactos dessa discriminação no desempenho acadêmico e no desenvolvimento socioemocional dos alunos. Para tanto, práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as diversas formas de expressão linguística são essenciais, visando à promoção de um ambiente educacional mais justo e equitativo.

Essas práticas incluem o uso de materiais didáticos que contemplem variedades linguísticas e a promoção de atividades interdisciplinares que abordem a diversidade cultural, envolvendo toda a comunidade escolar – professores, alunos, gestores e famílias (Martins, Vieira e Tavares, 2014). A conscientização sobre a legitimidade de todas as variedades da língua é um passo essencial para desconstruir estigmas e promover uma educação equitativa e respeitosa (Mussalin e Bentes, 2001). Assim, a valorização da diversidade linguística no ambiente escolar não só enriquece o aprendizado, mas também contribui para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

Diante deste cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar as manifestações do preconceito linguístico no ambiente escolar, mapeando as principais formas de discriminação, como práticas pedagógicas que desvalorizam variedades linguísticas, e analisando seus impactos no desempenho acadêmico e socioemocional dos alunos. Além disso, busca-se compreender como estratégias inclusivas podem transformar o ambiente educacional em um espaço de valorização da diversidade.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de enfrentar uma questão que compromete a equidade e a inclusão no sistema educacional brasileiro. Conforme Bagno (1999, p.26), "o preconceito linguístico é uma ferramenta de exclusão social que carece de fundamentação científica, mas que exerce um impacto significativo na vida de milhões de alunos". Além disso, a valorização da diversidade linguística é essencial para a construção de uma sociedade mais tolerante e plural, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e regionais.

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2017), esse tipo de pesquisa tem como objetivo a análise de materiais publicados, como livros, artigos científicos e dissertações, para compreender o fenômeno estudado e identificar padrões relevantes. Assim, será realizada uma revisão abrangente em fontes acadêmicas, com ênfase na análise de conteúdo, para mapear as principais formas de preconceito linguístico e discutir suas implicações no ambiente escolar.

2 A SOCIOLINGUÍSTICA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O preconceito linguístico é um fenômeno social que consiste na discriminação baseada na maneira como as pessoas falam, frequentemente associada a preconceitos de classe, região ou etnia. Tal discriminação desvaloriza ou rejeita determinadas variedades

linguísticas em favor de uma norma-padrão considerada socialmente prestigiosa. Bagno (1999) destaca que essa exclusão não possui fundamentos científicos, mas é utilizada como ferramenta de poder e exclusão social, reforçando desigualdades estruturais e estigmatizando os falantes de variedades não padrão.

Esse preconceito está enraizado em ideias equivocadas sobre a linguagem, como a crença de que há formas “certas” ou “erradas” de falar. Mussalín e Bentes (2001) explicam que a linguística moderna já demonstrou que todas as variedades são sistemáticas, complexas e adequadas às necessidades de seus falantes. No entanto, a hegemonia da norma-padrão, associada às elites urbanas, perpetua o estigma em torno de variedades regionais e sociais. Esse processo impõe valores sociais às práticas linguísticas, marginalizando grupos menos favorecidos.

No Brasil, o preconceito linguístico ganha contornos específicos devido à ampla diversidade linguística presente no país. Martins, Vieira e Tavares (2014) observam que as escolas frequentemente reproduzem essa discriminação ao promover um ensino focado exclusivamente na norma-padrão, sem considerar as variações naturais da língua. Essa prática ignora a identidade cultural e linguística dos alunos, levando à exclusão e ao enfraquecimento da autoestima daqueles que não se enquadram nos padrões exigidos.

Além do ambiente escolar, o preconceito linguístico permeia outras esferas sociais, como o mercado de trabalho e a mídia. Lopes (2002) argumenta que esse preconceito é uma extensão de outras formas de discriminação, como racismo e preconceito de classe, funcionando como uma forma sutil, mas eficaz, de segregação social. O estigma relacionado à fala é frequentemente usado como critério para avaliar competência e profissionalismo, reforçando barreiras socioeconômicas.

A desmistificação do preconceito linguístico é essencial para combater essa forma de discriminação. Bagno (2007) propõe a ampliação do letramento linguístico, especialmente no ambiente escolar, como estratégia para conscientizar a sociedade sobre a legitimidade e a riqueza das variedades linguísticas. Com essa abordagem, a escola pode se tornar um espaço de valorização da diversidade, desconstruindo estereótipos e promovendo a inclusão social.

Sendo um dos principais espaços de construção social e cultural, a escola depende dos professores como agentes fundamentais na promoção de uma educação inclusiva. No Brasil, onde a diversidade linguística reflete a riqueza cultural do país, o papel docente é crucial para desconstruir preconceitos que marginalizam variedades em favor da norma-padrão. Isso requer uma mudança de perspectiva no ensino da língua portuguesa, que

deve ir além da mera aceitação e se concentrar no respeito e na valorização das diferentes formas de expressão dos alunos (Martins et al., 2014).

Essa responsabilidade começa com a reflexão crítica dos próprios educadores sobre suas concepções de linguagem. Bagno (1999) destaca que muitos professores, mesmo de forma não intencional, reproduzem preconceitos linguísticos ao corrigirem excessivamente ou desvalorizarem a fala dos alunos, reforçando estigmas sociais que afetam principalmente estudantes de regiões periféricas ou rurais. Assim, a formação docente precisa englobar, além do domínio técnico, o reconhecimento de que todas as variedades linguísticas possuem valor social e cultural.

Ao incorporar a diversidade linguística no planejamento pedagógico, os professores podem transformar a sala de aula em um espaço de aprendizado significativo e inclusivo. Mussalin e Bentes (2001) sugerem que, ao explorar variações linguísticas em contextos práticos, como a fala coloquial em contraste com a escrita formal, os educadores demonstram que todas as formas de linguagem têm sua função e contexto. Essa abordagem não apenas aprimora o aprendizado, mas também fortalece a autoestima dos alunos, que se sentem respeitados e representados.

Essa prática enfrenta desafios estruturais, como a falta de preparo dos professores durante a formação inicial e continuada. Lopes (2002) observa que a ausência de capacitação em sociolinguística dificulta a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade. Muitas vezes, os materiais didáticos reforçam a hegemonia da norma-padrão, deixando os professores sem recursos adequados para abordar a variação linguística de forma crítica e inclusiva. Isso evidencia a necessidade de reformular a formação docente para incluir conteúdos sobre inclusão linguística e diversidade cultural.

Além do preparo técnico, os professores devem atuar como agentes de transformação social. Calvet (2002) destaca que o poder da linguagem está diretamente relacionado à reprodução ou desconstrução de desigualdades sociais. Professores conscientes de seu papel podem ajudar os alunos a compreender que a linguagem é uma ferramenta de expressão e identidade, e não um critério de exclusão. Assim, o trabalho docente vai além do ensino da gramática, tornando-se um instrumento de equidade e justiça social.

A norma-padrão, vista como modelo ideal de linguagem, tem sido historicamente usada como mecanismo de exclusão social, cultural e educacional. No Brasil, essa exclusão está associada à formação da sociedade colonial e pós-colonial, onde as elites, majoritariamente brancas e urbanas, controlavam o acesso à educação e à linguagem

prestigiada. Bagno (1999) aponta que a imposição da norma-padrão no sistema educacional brasileiro fez parte de um projeto elitista que desvalorizava as variedades linguísticas regionais e populares, reforçando desigualdades sociais e econômicas.

Um exemplo significativo desse processo foi a repressão às línguas indígenas e africanas durante o período colonial e imperial. Calvet (2002) e Faraco (2008) apontam que as línguas dos povos originários e africanos escravizados foram sistematicamente marginalizadas em favor do português europeu, considerado símbolo de civilização e progresso. Essa política linguística buscava homogeneizar a população, negando a diversidade cultural do Brasil e impondo a língua dominante como único veículo legítimo de comunicação e poder.

No século XIX, com o avanço do projeto de modernização e urbanização, a norma-padrão consolidou-se como símbolo de status social. Faraco (2008) observa que o domínio do português culto tornou-se critério para acesso à educação formal e aos cargos públicos. A exclusão linguística refletia a exclusão econômica, pois apenas as elites dispunham de recursos para aprender e usar a norma-padrão, perpetuando um ciclo de privilégios que marginalizava as classes populares.

No século XX, com a expansão da educação pública, a imposição da norma-padrão nas escolas reforçou a exclusão linguística, especialmente em áreas rurais e periféricas. Martins, Vieira e Tavares (2014) destacam que a desvalorização das falas regionais e populares era comum entre os professores, refletindo uma visão preconceituosa que associava a norma-padrão à inteligência e ao sucesso. Essa abordagem contribuiu para o aumento da evasão escolar, já que muitos alunos, ao terem suas identidades linguísticas desrespeitadas, sentiam-se desmotivados.

Um caso emblemático de exclusão linguística foi o fracasso inicial das políticas de alfabetização de adultos nas décadas de 1960 e 1970. Soares (2004) observa que essas políticas ignoraram as variedades linguísticas dos alunos, insistindo na norma-padrão como única forma válida de linguagem. Isso resultou em baixa adesão e altos índices de abandono, especialmente entre trabalhadores rurais e urbanos que não se identificavam com as práticas educacionais propostas.

Na contemporaneidade, a exclusão pela norma-padrão permanece evidente em práticas como entrevistas de emprego, atendimento em serviços públicos e produções midiáticas. Lopes (2002) argumenta que a maneira de falar ainda é usada como critério de julgamento social e profissional, perpetuando estereótipos sobre falantes de variedades

não-padrão. Essa exclusão linguística não apenas limita oportunidades de ascensão social, mas também reforça preconceitos de classe, raça e regionalidade.

2.1 O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

A escola exerce um papel central na formação das identidades culturais e linguísticas, sendo uma força poderosa tanto na valorização quanto na exclusão da diversidade. No Brasil, marcado por desigualdades sociais, econômicas e regionais, essas diferenças se refletem em aspectos como o acesso desigual à educação de qualidade, disparidades nos recursos pedagógicos entre regiões urbanas e rurais, e a exclusão cultural de grupos marginalizados. Nesse cenário, a instituição escolar enfrenta o desafio de romper com a hegemonia da norma-padrão, que perpetua exclusões e estigmatizações. Bagno (1999) destaca que a valorização exclusiva da norma-padrão está atrelada a um projeto ideológico que legitima desigualdades sociais, desqualificando variedades regionais e populares. Essa prática não apenas prejudica a autoestima dos alunos, mas também compromete seu senso de pertencimento, reforçando hierarquias linguísticas que dificultam a inclusão.

Por outro lado, a escola pode ressignificar a diversidade linguística, promovendo equidade e respeito às identidades culturais dos alunos. Martins, Vieira e Tavares (2014) apontam que incluir a variação linguística no ensino da língua portuguesa é uma estratégia eficaz para desconstruir preconceitos e ampliar a compreensão sobre a pluralidade da língua. Para isso, o papel do professor é crucial: educadores com formação sociolinguística adequada conseguem integrar a diversidade linguística ao contexto pedagógico, utilizando-a como ferramenta de ensino que promove o letramento linguístico e o respeito às diferenças. Mussalin e Bentes (2001) reforçam que atividades que relacionam língua e contexto sociocultural não apenas promovem a inclusão, mas também contribuem para a formação de sujeitos críticos.

A pluralidade cultural e as desigualdades estruturais no Brasil tornam a escola um espaço privilegiado para combater preconceitos, como o linguístico. Essas desigualdades vão além da falta de infraestrutura em muitas escolas públicas, refletindo também a desvalorização das identidades culturais e linguísticas de diversos grupos. Esse compromisso demanda a revisão de materiais didáticos, a formação contínua de professores e o envolvimento da comunidade escolar em ações de sensibilização. Calvet

(2002) ressalta que oficinas e debates são estratégias eficazes para consolidar uma cultura educacional inclusiva, essencial para valorizar as múltiplas identidades linguísticas presentes na sociedade brasileira. Nesse cenário, a escola assume o papel de agente de transformação, promovendo um ambiente onde a diversidade seja reconhecida como um elemento indispensável do processo educacional.

A formação docente é fundamental para que os professores compreendam os pressupostos teóricos da sociolinguística e suas implicações para a prática pedagógica. Bagno (1999) observa que a falta de preparo técnico e teórico contribui para a perpetuação de práticas excludentes, como a correção pública de fala ou a desvalorização de variações linguísticas regionais e populares. Essas atitudes reforçam a hegemonia da norma-padrão e o estigma em torno das formas de expressão que se distanciam desse modelo, prejudicando a autoestima e o desempenho acadêmico dos estudantes.

Além da formação técnica, é necessário que os professores adotem uma postura crítica e reflexiva em relação às suas concepções de linguagem e ensino. Mussalin e Bentes (2001) destacam que a valorização da variação linguística como recurso pedagógico depende do reconhecimento de que todas as variedades da língua são legítimas e cumprem funções comunicativas específicas. Essa perspectiva exige uma ruptura com o modelo tradicional que privilegia exclusivamente a norma-padrão e promove a visão da língua como fenômeno dinâmico e multifacetado.

A adoção de práticas pedagógicas inclusivas exige que os professores promovam discussões abertas sobre a diversidade linguística no ambiente escolar. Martins, Vieira e Tavares (2014) argumentam que debates e atividades envolvendo a análise das variações linguísticas no cotidiano dos alunos contribuem para a construção de um ambiente educacional mais respeitoso e acolhedor. Ao tratar a língua como reflexo da história e da cultura dos falantes, o professor fortalece a identidade cultural dos estudantes e fomenta uma visão crítica sobre as desigualdades linguísticas.

Entretanto, os desafios estruturais enfrentados pelos professores no Brasil dificultam a implementação de práticas inclusivas. A precarização da carreira docente, somada à falta de políticas públicas voltadas à formação continuada, limita a capacidade dos professores de inovar em suas abordagens pedagógicas. Lopes (2002) aponta que a ausência de suporte institucional e de recursos didáticos que contemplem a diversidade linguística compromete os esforços dos educadores para promover um ensino equitativo. Esse cenário ressalta a necessidade de articulação entre a formação docente e políticas educacionais comprometidas com a inclusão.

Além das questões institucionais, os professores precisam enfrentar resistências culturais e sociais à valorização da diversidade linguística. Faraco (2008) afirma que a sociedade brasileira ainda carrega preconceitos profundamente arraigados contra variações linguísticas regionais e populares, refletindo-se nas expectativas das famílias e das comunidades escolares. Nesse contexto, cabe ao professor atuar como mediador entre as demandas sociais e os princípios pedagógicos, promovendo um equilíbrio entre a norma-padrão e as formas linguísticas que representam os alunos.

O compromisso dos professores com um ensino inclusivo ultrapassa a sala de aula e requer ações que envolvam toda a comunidade escolar. Oficinas, debates e atividades interdisciplinares são ferramentas eficazes para conscientizar alunos, pais e gestores sobre a importância da diversidade linguística. Calvet (2002) propõe que sensibilizar os diferentes agentes do processo educacional é essencial para consolidar uma cultura de respeito e inclusão que vá além do ambiente escolar e reverbere na sociedade.

A valorização das variedades linguísticas no ambiente escolar exige práticas pedagógicas fundamentadas em teorias que reconheçam a diversidade como um elemento legítimo e enriquecedor da língua. Essas práticas visam combater o preconceito linguístico e promover a inclusão, permitindo aos estudantes compreender a pluralidade da língua como reflexo da diversidade cultural. Bagno (1999) enfatiza que, ao adotar abordagens que respeitem as múltiplas formas de expressão, o professor atua como agente de transformação social, desconstruindo estigmas e fortalecendo a identidade dos alunos.

A tabela 1 apresenta práticas pedagógicas que valorizam as variedades linguísticas, acompanhadas de suas respectivas descrições e referências:

Prática Pedagógica	Descrição	Referência
Análise de Textos Regionais	Trabalhar com textos orais e escritos que representem variedades linguísticas regionais e culturais, destacando sua legitimidade.	Martins, Vieira e Tavares (2014)
Projetos Interdisciplinares	Realizar atividades que conectem língua, história e cultura, como estudo de músicas populares e expressões idiomáticas locais.	Mussalin e Bentes (2001)
Dramatizações	Utilizar encenações que recriem situações do cotidiano, destacando registros formais e informais da língua.	Bagno (2007)

Prática Pedagógica	Descrição	Referência
Recursos Audiovisuais	Exibir filmes, documentários e séries que retratem a diversidade linguística em contextos reais, incentivando discussões críticas.	Lopes (2002)
Produção Textual Contextualizada	Incentivar a escrita que reflita a realidade linguística dos alunos, valorizando suas formas de expressão.	Faraco (2008)

A análise de textos regionais, como sugerido por Martins, Vieira e Tavares (2014), proporciona um espaço para que os alunos reconheçam a legitimidade das variedades linguísticas, superando a visão estigmatizada de que apenas a norma-padrão é válida. Ao incluir textos que reflitam as diversas formas de falar e escrever, os professores ampliam a compreensão da língua como um fenômeno social e cultural.

Os projetos interdisciplinares também se destacam como prática relevante, conforme proposto por Mussalin e Bentes (2001). Atividades que integrem disciplinas como história e português permitem aos estudantes perceber a conexão entre a língua e os contextos históricos e culturais que a moldam. Essa abordagem, ao valorizar expressões regionais e populares, estimula o respeito pela diversidade e fortalece o senso de pertencimento dos alunos.

As dramatizações surgem como uma ferramenta criativa e inclusiva para explorar as variedades linguísticas. Bagno (2007) aponta que, ao representar diferentes contextos comunicativos, os alunos desenvolvem habilidades críticas para identificar a adequação dos registros linguísticos às situações formais e informais. Essa prática promove a reflexão sobre a funcionalidade de cada registro, contribuindo para desconstruir preconceitos.

O uso de recursos audiovisuais, como indicado por Lopes (2002), amplia os horizontes dos estudantes ao ilustrar a diversidade linguística em diferentes contextos sociais. Filmes e documentários que retratam formas de expressão regionais e sociais oferecem oportunidades para discussões críticas sobre identidade, cultura e linguagem, incentivando a empatia e a compreensão.

2.2 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E OS MATERIAIS DIDÁTICOS

A variação linguística, característica essencial das línguas enquanto sistemas dinâmicos, reflete a pluralidade cultural e social de uma comunidade. No Brasil, os livros didáticos de Língua Portuguesa ocupam uma posição estratégica na mediação desse fenômeno, mas frequentemente apresentam abordagens superficiais que reforçam estigmas sociais. Ferreira (2023) e Santos (2022) destacam que, embora incluam exemplos de variação linguística, as atividades propostas raramente promovem reflexões críticas ou contextualizações históricas e socioculturais. Esse tratamento limitado perpetua preconceitos e dificulta a valorização da diversidade, evidenciando a necessidade de reformulações que estimulem práticas mais inclusivas e representativas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de reconhecer a diversidade linguística brasileira. No entanto, Micas (2021) aponta um descompasso entre as diretrizes curriculares e as práticas pedagógicas. Silva (2020) defende que a reformulação dos materiais didáticos deve ir além da simples inclusão de exemplos de variação, integrando atividades que promovam a análise crítica, a desconstrução de estigmas e a valorização das identidades linguísticas dos alunos. Nesse contexto, a formação contínua dos docentes em sociolinguística, como sugerido por Oliveira (2021), é essencial para superar as limitações das abordagens atuais e fomentar práticas pedagógicas mais equitativas.

A integração de tecnologias digitais e recursos audiovisuais, conforme proposto por Almeida (2019), pode enriquecer a compreensão da variação linguística ao conectar os alunos com registros diversificados. Além disso, políticas públicas que incentivem a produção de materiais didáticos alinhados às diretrizes inclusivas são cruciais para mudanças efetivas. O suporte institucional, como apontado por Costa (2017), é indispensável para garantir que as iniciativas pedagógicas promovam a valorização da diversidade linguística de forma ampla e sustentável.

Segundo Bagno (1999), os livros didáticos frequentemente reforçam estigmas ao privilegiar a norma-padrão em detrimento das variedades linguísticas presentes na sociedade brasileira. Essa abordagem acaba por consolidar a percepção de que apenas a norma culta é válida, levando os alunos a desvalorizarem suas próprias formas de expressão. Esse cenário, além de deslegitimar as práticas linguísticas de grupos socialmente marginalizados, contribui para o reforço de hierarquias culturais e linguísticas no ambiente educacional.

Estudos como os de Bortoni-Ricardo (2004) evidenciam que muitos livros didáticos de Língua Portuguesa ignoram deliberadamente a diversidade linguística ao apresentarem a língua de maneira homogênea e descontextualizada. Tal prática resulta na invisibilização das variantes linguísticas e reforça preconceitos ao perpetuar a ideia de que as formas de falar regionais ou populares são inferiores ou inadequadas. Por outro lado, autores como Mussalin e Bentes (2001) destacam que materiais que integram e refletem a pluralidade linguística brasileira têm o potencial de transformar o ambiente educacional em um espaço mais inclusivo. Quando os alunos entram em contato com materiais que valorizam as diferentes formas de falar, passam a reconhecer a riqueza cultural do país, bem como a importância de suas próprias identidades linguísticas.

A eficácia de tais práticas, no entanto, está intrinsecamente ligada à formação docente. Lopes (2002) e Faraco (2008) ressaltam que, para que o preconceito linguístico seja abordado de forma crítica e construtiva, é imprescindível que os professores recebam capacitação adequada. Essa formação deve incluir não apenas aspectos técnicos da sociolinguística, mas também estratégias pedagógicas para mediar discussões sobre as desigualdades linguísticas no Brasil. Com materiais didáticos alinhados a uma perspectiva inclusiva e professores preparados para utilizá-los de forma crítica e reflexiva, torna-se possível combater discriminações no ambiente escolar. Além disso, essa abordagem fomenta a conscientização social, permitindo que os estudantes desenvolvam uma visão mais ampla sobre a diversidade linguística como um valor a ser respeitado e preservado.

A adoção dessas práticas nas escolas não se limita a combater preconceitos, mas também contribui para o fortalecimento da autoestima dos alunos, que passam a sentir que suas identidades linguísticas são respeitadas e valorizadas. Dessa forma, a inclusão da diversidade linguística nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas não apenas amplia o entendimento dos alunos sobre a língua como um fenômeno cultural e social, mas também cria um ambiente educacional que promove a equidade e o respeito às diferenças.

2.3 ESTRATÉGIAS PARA O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO

O preconceito linguístico, amplamente difundido no cenário educacional brasileiro, constitui uma forma de discriminação sociocultural que marginaliza variações

linguísticas em prol da hegemonia da norma-padrão. Essa prática perpetua desigualdades estruturais e compromete a construção de um ambiente escolar inclusivo. Nesse contexto, a implementação de estratégias pedagógicas fundamentadas em estudos sociolinguísticos é essencial para promover o reconhecimento e a valorização das múltiplas formas de expressão linguística presentes na sociedade.

Entre as abordagens mais eficazes estão as oficinas pedagógicas que, segundo Santos e Oliveira (2020), exploram registros orais e escritos de diferentes variedades linguísticas, ampliando a percepção dos alunos sobre a língua como fenômeno sociocultural. Atividades que incluem narrativas orais e expressões idiomáticas regionais têm se mostrado úteis para desconstruir preconceitos e valorizar as identidades locais.

Projetos interdisciplinares também desempenham papel relevante ao articular disciplinas como Língua Portuguesa, História e Geografia. Bortoni-Ricardo (2004) destaca que o estudo das influências africanas, indígenas e europeias no português brasileiro, utilizando recursos literários e audiovisuais, contribui para contextualizar a diversidade linguística. A sensibilização da comunidade escolar, por meio de palestras e campanhas educativas, é outro elemento essencial, conforme Martins e Silva (2018). Essas ações promovem um ambiente acolhedor e democrático, principalmente quando incluem especialistas para fornecer embasamento teórico.

A reformulação dos materiais didáticos, frequentemente reprodutores de preconceitos linguísticos, é indispensável. Lima e Pereira (2019) apontam que a inclusão de textos que reflitam a pluralidade linguística brasileira legitima as práticas culturais e fortalece a representatividade no ambiente escolar. Paralelamente, a formação continuada dos professores em temas como variação sociolinguística e preconceito linguístico é fundamental para transformar as salas de aula em espaços inclusivos (Lopes, 2002).

O uso de tecnologias digitais surge como abordagem contemporânea promissora. Almeida e Nunes (2021) afirmam que ferramentas multimodais, como vídeos e jogos interativos, ampliam o acesso dos alunos às variedades linguísticas de forma dinâmica e significativa. Além disso, Ferreira (2017) defende a criação de espaços de diálogo, como rodas de conversa e atividades de compartilhamento de experiências linguísticas, para fortalecer a autoestima dos alunos e promover o respeito mútuo.

Iniciativas como o projeto "Variações Linguísticas", descrito por D'Angeli (2011), ilustram a eficácia de oficinas práticas que analisam textos literários e músicas para conscientizar os alunos sobre o preconceito linguístico. Do mesmo modo, Martins e Silva

(2018) relatam que o projeto "Valorização das Variedades Linguísticas Brasileiras", com materiais multimodais, conecta os estudantes às suas realidades culturais.

Por fim, a formação docente permanece central. Araújo e Maciel (2017) enfatizam que capacitações focadas em variação linguística e práticas inclusivas ampliam a consciência dos educadores sobre a importância da diversidade linguística, enquanto Lopes (2002) propõe debates estruturados para estimular nos alunos uma postura crítica diante dos estereótipos associados às práticas linguísticas.

Portanto, a promoção do respeito às variedades linguísticas e o combate ao preconceito demandam ações pedagógicas fundamentadas em estudos sociolinguísticos, sensibilização da comunidade escolar e reformulação dos materiais didáticos, consolidando a inclusão e a pluralidade no ambiente educacional.

CONCLUSÃO

A conclusão deste estudo destaca a relevância de combater o preconceito linguístico no ambiente escolar como uma forma essencial de promover inclusão, equidade e respeito à diversidade cultural. A análise realizada evidencia que o preconceito linguístico não apenas perpetua desigualdades estruturais, mas também afeta negativamente a autoestima e o desempenho acadêmico dos alunos, especialmente daqueles que utilizam variedades linguísticas diferentes da norma-padrão. Essa discriminação, embora sutil, possui impactos profundos na formação das identidades culturais e no senso de pertencimento dos estudantes.

Para enfrentar esse desafio, estratégias pedagógicas inclusivas, fundamentadas em teorias sociolinguísticas e práticas inovadoras, emergem como caminhos indispensáveis. A formação docente contínua, a reformulação dos materiais didáticos e o uso de tecnologias digitais são elementos centrais para transformar o ambiente escolar em um espaço de valorização da diversidade linguística. Além disso, é imprescindível envolver toda a comunidade escolar – alunos, professores, gestores e famílias – em um diálogo ativo e reflexivo sobre o respeito às diferentes formas de expressão.

A escola, enquanto espaço de construção de identidades e promoção de cidadania, tem o potencial de desempenhar um papel transformador na desconstrução de estigmas associados à linguagem. Ao incorporar a diversidade linguística nas práticas pedagógicas, os educadores contribuem para a formação de estudantes mais confiantes, críticos e

conscientes do valor de suas próprias histórias e culturas. Assim, o preconceito linguístico pode ser ressignificado, promovendo uma sociedade mais justa e plural.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de um compromisso institucional e político com a inclusão linguística. A valorização das variedades linguísticas no ambiente escolar não apenas enriquece o aprendizado, mas também contribui para a construção de um sistema educacional que respeite e celebre a riqueza cultural do Brasil, consolidando a língua como um elo de união e respeito entre seus diversos falantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João. Tecnologias digitais e ensino de variação linguística. São Paulo: Editora Acadêmica, 2019.

ALMEIDA, João; NUNES, Mariana. Tecnologias digitais e ensino de variação linguística. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.

ARAÚJO, Paulo; MACIEL, Regina. "Formação docente e diversidade linguística". Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 78, p. 234-256, 2017.

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CALVET, Louis-Jean. Linguagem e sociedades. São Paulo: Contexto, 2002.

COSTA, Maria. Políticas públicas e educação inclusiva: desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universitária, 2017.

D'ANGELI, Paloma. "Projeto Variações Linguísticas". Revista Pedagógica, 2011. Disponível em: <https://professorapalomaste.blogspot.com/2011/10/projeto-variacoes-linguisticas.html>.

FARACO, Carlos Alberto. Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERREIRA, João Carlos. Oficinas pedagógicas para valorização da variação linguística. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2017.

FERREIRA, Roberval da Silva. Variação linguística: análise de livro didático do 9º ano. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

LIMA, Ana Paula; PEREIRA, Lucas. Diversidade linguística e materiais didáticos: desafios no ensino de português. Belo Horizonte: Editora Universitária, 2019.

LOPES, Eni Orlandi. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Marco Antônio; SILVA, Fernanda. "Valorização das variedades linguísticas: um caminho para a inclusão". Revista de Educação Brasileira, v. 22, n. 67, p. 145-167, 2018.

MARTINS, Marco Antônio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. Ensino de português e sociolinguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MICAS, Lailla. "BNCC e materiais pedagógicos acessíveis para educação inclusiva". Diversa, 2021. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/bncc-e-materiais-pedagogicos-acessiveis-para-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ana. Formação docente e variação linguística: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora Educacional, 2021.

PEREIRA, Lucas. Protagonismo estudantil e diversidade linguística: uma abordagem participativa. Porto Alegre: Editora Escolar, 2018.

SANTOS, Gabriele Fidelis dos. O tratamento da variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa: uma análise da coleção Novas Palavras. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SANTOS, Gabriela; OLIVEIRA, Rodrigo. Preconceito linguístico e práticas inclusivas: desafios e perspectivas. Salvador: Editora Universitária, 2020.

SILVA, Fernanda. Identidade linguística e práticas pedagógicas inclusivas. Salvador: Editora Universitária, 2020.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.